



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

EDITAL Nº 01/2013

NÍVEL SUPERIOR - VERSÃO A

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ESPECIALIDADE JUDICIÁRIA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 07 (sete) páginas numeradas sequencialmente, contendo 60 (sessenta) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (08 questões), Noções de Informática (04 questões), Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei Nº 8.112/90 e alterações), Regimento Interno do Tribunal Regional do Estado do Amazonas (04 questões), Direito Constitucional (06 questões), Direito Eleitoral (06 questões), Direito Administrativo (06 questões), Direito Civil (06 questões), Direito Processual Civil (06 questões), Direito Penal (05 questões), Direito Processual Penal (05 questões) e 01 (uma) questão discursiva.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- V. A resposta para a questão discursiva deverá ter no máximo 15 linhas
- VI. Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- VII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 2 (duas) horas após seu início.
- VIII. O candidato não poderá levar o caderno de questões. O caderno de questões será publicado no site do ibfc, no prazo recursal contra gabarito.
- IX. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- X. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- XI. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XII. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XIV. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!



DESTAQUE AQUI



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



Nome:	Assinatura do Candidato:	Inscrição:
-------	--------------------------	------------

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60															
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>															

Prazeres mútuos
(Danuza Leão)

É normal, quando você vê uma criança bonita, dizer “mas que linda”, “que olhos lindos”, ou coisas no gênero. Mas esses elogios, que fazemos tão naturalmente quando se trata de uma criança ou até de um cachorrinho, dificilmente fazemos a um adulto. Isso me ocorreu quando outro dia conheci, no meio de várias pessoas, uma moça que tinha cabelos lindos. Apesar da minha admiração, fiquei calada, mas percebi minha dificuldade, que aliás não é só minha, acho que é geral. Por que eu não conseguia elogiar seus cabelos?

Fiquei remoendo meus pensamentos (e minha dificuldade), fiz um esforço (que não foi pequeno) e consegui dizer: “que cabelos lindos você tem”. Ela, que estava séria, abriu um grande sorriso, toda feliz, e sem dúvida passou a gostar um pouquinho de mim naquele minuto, mesmo que nunca mais nos vejamos.

Fiquei pensando: é preciso se exercitar e dizer coisas boas às pessoas, homens e mulheres, quando elas existem. Não sei a quem faz mais bem, se a quem ouve ou a quem diz; mas por que, por que, essa dificuldade? Será falta de generosidade? Inveja? Inibição? Há quanto tempo ninguém diz que você está linda ou que tem olhos lindos, como ouvia quando criança? Nem mesmo quando um homem está paquerando uma mulher ele costuma fazer um elogio, só alguns, mais tarde, num momento de intimidade e quando é uma bobagem, como “você tem um pezinho lindo”. Mas sentar numa mesa para jantar pela primeira vez, só os dois, e dizer, com naturalidade, “que olhos lindos você tem”, é difícil de acontecer.

Notar alguma coisa de errado é fácil; não se diz a ninguém que ele tem o nariz torto, mas, se for alguém que estiver em outra mesa, o comentário é espontâneo e inevitável. Podemos ouvir que a alça do sutiã está aparecendo ou que o rimel escorreu, mas há quanto tempo você não ouve de um homem que tem braços lindos? A não ser que você seja modelo ou miss - e aí é uma obrigação elogiar todas as partes do seu corpo-, os homens não elogiam mais as mulheres, aliás, ninguém elogia ninguém.

E é tão bom receber um elogio; o da amiga que diz que você está um arraso já é ótimo, mas, de uma pessoa que você acabou de conhecer e que talvez não veja nunca mais, aquele elogio espontâneo e sincero, é das melhores coisas da vida.

Fique atenta; quando chegar a um lugar e conhecer pessoas novas, alguma coisa de alguma delas vai chamar a sua atenção e sua tendência será, como sempre, ficar calada. Pois não fique. Faça um pequeno esforço e diga alguma coisa que você notou e gostou; o quanto a achou simpática, como parece tranquila, como seu anel é lindo, qualquer coisa. Todas as pessoas do mundo têm alguma coisa de bom e bonito, nem que seja a expressão do olhar, e ouvir isso, sobretudo de alguém que nunca se viu, é sempre muito bom.

Existe gente que faz disso uma profissão, e passa a vida elogiando os outros, mas não é delas que estamos falando. Só vale se for de verdade, e se você começar a se exercitar nesse jogo e, com sinceridade, elogiar o que merece ser elogiado, irá espalhando alegrias e prazeres por onde passar, que fatalmente reverterão para você mesma, porque a vida costuma ser assim.

Apesar de a vida ter me mostrado que nem sempre é assim, continuo acreditando no que aprendi na infância, e isso me faz muito bem.

(disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0611200502.htm>)

1) O texto é uma crônica em que a autora defende seu posicionamento em relação a um tema. Pode ser entendida como sua tese a seguinte ideia:

- É preciso fazer elogios com mais frequência.
- As pessoas conseguem elogiar as crianças, mas não os adultos.
- É mais fácil perceber o que há de errado do que o que há de bom.
- A necessidade de conhecer pessoas novas e elogiá-las.

2) O modo pelo qual as palavras se relacionam no texto é determinante para a construção de sentidos. Assim, no fragmento “Apesar da minha admiração, fiquei calada,”, é possível notar que a expressão “apesar da” assume valor:

- explicativo
- concessivo
- conclusivo
- consecutivo

3) Sobre os comentários entre parênteses, no segundo parágrafo, só não é possível afirmar o seguinte:

- Apresentam informações acessórias.
- Reforçam o tom informal do texto.
- São marcados pela subjetividade.
- São essenciais à coerência do texto.

4) Observe o seguinte fragmento do texto:

“não se diz a ninguém que ele tem o nariz torto, mas, se for alguém que estiver em outra mesa,”

Para construir sua crítica, a autora utilizou, na primeira oração desse trecho, um tipo específico de voz verbal. Sobre essa voz é correto afirmar que:

- se trata da passiva.
- se trata da ativa.
- tem caráter reflexivo.
- tem caráter recíproco.

5) O modo subjuntivo pode transportar o leitor para uma realidade hipotética. Assinale a opção que apresenta um trecho em que a autora faça uso desse modo verbal.

- “Mas esses elogios, que fazemos tão naturalmente” (1º parágrafo)
- “Fiquei remoendo meus pensamentos” (2º parágrafo)
- “se for alguém que estiver em outra mesa,” (4º parágrafo)
- “Fique atenta” (6º parágrafo)

6) A linguagem cumpre funções que dependem da intenção do emissor e da relação que se pretende estabelecer com o receptor, dentre outros aspectos. No trecho “Faça um pequeno esforço e diga alguma coisa que você notou e gostou;”, percebe-se a seguinte função da linguagem:

- emotiva, marcada pelo sentimento do emissor.
- conativa, voltada para o interlocutor.
- referencial, destacando-se o objetivo da autora.
- metalinguística, priorizando-se o próprio código.

7) No penúltimo parágrafo do texto, ocorre a expressão “com sinceridade”. Sobre ela, só não é correto afirmar que:

- exerce a função sintática de adjunto adverbial.
- possui certa mobilidade na oração em que está inserida.
- se relaciona, semanticamente, com o verbo “elogiar”.
- não tem obrigatoriedade de estar entre vírgulas.

8) Ao observar o último parágrafo do texto, percebem-se vários elementos coesivos. Assinale a opção que apresenta um comentário morfológico ou sintático incorreto sobre um desses elementos.

- “ter me mostrado que nem” (Trata-se de uma conjunção subordinativa integrante.)
- “no que aprendi” (Trata-se de um pronome relativo que exerce a função sintática de objeto direto.)
- “e isso me faz muito” (Trata-se de uma conjunção coordenativa que contribui para a progressão textual.)
- “e isso me faz muito” (Trata-se de um pronome demonstrativo com papel anafórico.)

- 9) Assinale a alternativa que apresenta corretamente os conceitos, ou diferenças, entre Internet e Intranet:
- A Intranet é uma rede de computadores aberta, de uma empresa ou organização.
 - A internet normalmente é usadas para armazenar conteúdo interno relacionado à empresa, como informações sobre políticas da empresa ou benefícios aos funcionários.
 - Não existe necessidade de configuração especial no Internet Explorer para o acesso a uma Intranet de uma empresa.
 - Uma Intranet usa os mesmos protocolos que a Internet e pode conter os mesmos tipos de conteúdo.
- 10) Nas versões anteriores do Windows, o gerenciamento de arquivos significava organizá-los em pastas e subpastas diferentes. No Windows 7, pode-se usar para organizar e acessar arquivos, independentemente de onde eles estejam armazenados, o recurso técnico denominado:
- enciclopédia.
 - livraria.
 - coleção.
 - biblioteca.
- 11) Referente aos conceitos básicos de Redes de Computadores e de Internet, identifique a alternativa que apresenta o principal protocolo utilizado na rede das redes, a Internet:
- TCP/IP
 - TCP/FTP
 - FTP/IP
 - ISO/OSI

- 12) Dada a planilha Microsoft Excel 2010 abaixo, identifique a alternativa que apresenta o resultado da fórmula =MÉDIA(SOMA(A1:B2);C2;C1)

	A	B	C
1	12	52	112
2	31	15	111

- 110
- 112
- 111
- 113

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO (LEI Nº 8.112/90 E ALTERAÇÕES)

- 13) **NÃO** se interrompem as férias do servidor público federal por motivo de:
- Serviço militar ou eleitoral.
 - Comoção interna.
 - Convocação para júri.
 - Remoção do servidor para outra sede.
- 14) Antônio, servidor público federal, recusou-se a atualizar seus dados cadastrais, solicitados pelo serviço de pessoal competente. O servidor:
- Não está sujeito a penalidade alguma, pois a recusa em atender à solicitação não consta do rol de penalidades prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União.
 - Estará sujeito à pena de advertência.
 - Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
 - Será submetido a processo administrativo disciplinar de rito sumário.

- 15) De acordo com o texto do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Lei Federal nº 8.112/1990), excluem-se do teto remuneratório as seguintes vantagens, **EXCETO**:
- Adicional noturno.
 - Gratificação natalina.
 - Gratificação por encargo de curso ou concurso.
 - Adicional pela prestação de serviço extraordinário.

- 16) Analise as seguintes afirmativas, de acordo com a Lei Federal nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

- Nos processos administrativos é absolutamente vedada a cobrança de despesas processuais.
- A omissão do dever de comunicar o impedimento de atuar em processo administrativo constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
- Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

NÃO está correto o que se afirma em:

- I, apenas.
- III, apenas.
- I e II, apenas.
- II e III, apenas.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- 17) **NÃO** é atribuição do Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas:

- Investigar se, no âmbito da jurisdição dos juízes eleitorais de primeira instância, há crimes eleitorais a reprimir e se as denúncias já oferecidas têm curso normal.
- Verificar se há erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, determinando, por provimento, as medidas cabíveis.
- Orientar os Juízes Eleitorais, relativamente à regularidade dos serviços nos respectivos Juízos e Cartórios.
- Impor pena disciplinar aos servidores da Secretaria, inclusive a de demissão, na forma da lei.

- 18) Da decisão sobre o conflito de competência:

- Não caberá nenhuma espécie de recurso.
- Não caberá recurso, salvo embargos de declaração.
- Caberá agravo regimental.
- Caberá recurso inominado.

- 19) A ação penal eleitoral de competência originária do Tribunal Regional Eleitoral observará o procedimento previsto:

- Na Lei Federal nº 4.737/1965, que instituiu o Código Eleitoral.
- No Decreto-lei nº 3.689/1941, que disciplina o Código de Processo Penal.
- Na Lei Federal nº 8.038/1990, que institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.
- Na Lei Federal nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições.

- 20) “Defender a jurisdição do Tribunal”. Essa competência prevista expressamente no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas é atribuição do:

- Procurador Regional Eleitoral.
- Corregedor Regional Eleitoral.
- Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21) Analise as seguintes afirmativas, referentes à classificação das Constituições, e indique a alternativa CORRETA:

- a) "Constituições cesaristas" são aquelas impostas por quem não recebeu poder para tanto.
- b) "Constituições promulgadas" são aquelas que se restringem apenas aos elementos substancialmente constitucionais, emitindo, especialmente, princípios, organizando e limitado o poder.
- c) "Constituições outorgadas" são originadas de um plebiscito popular sobre um projeto elaborado por um Imperador ou um Ditador.
- d) "Constituições pactuadas" são aquelas originadas de um compromisso instável de duas forças políticas rivais, de maneira que o equilíbrio fornecido por tal espécie de Carta é precário.

22) De acordo com o texto da Constituição Federal, está CORRETO o que se afirma em:

- a) Os recursos naturais, inclusive os do subsolo, são considerados bens da União e do respectivo Município.
- b) Compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- c) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- d) Lei ordinária poderá autorizar determinado Estado a legislar sobre questões específicas relacionadas a registros públicos.

23) Às Comissões Parlamentares de Inquérito, em razão da matéria de sua competência, cabe, EXCETO:

- a) Determinar a indisponibilidade de bens da pessoa investigada.
- b) Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
- c) Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
- d) Apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

24) De acordo com o texto da Constituição Federal, a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, NÃO poderá:

- a) Contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- b) Celebrar contratos com o Poder Público, obter empréstimos junto às instituições financeiras ou pedir compensação de eventuais créditos existentes com o fisco.
- c) Contratar mais empregados até regularizar a situação perante o fisco.
- d) Sofrer qualquer tipo de distinção na participação em processo licitatório, sob pena de prejudicar a manutenção das atividades empresariais e o pagamento do salário dos seus empregados.

25) Junto ao Conselho Nacional de Justiça, oficialão:

- a) O Corregedor-Geral de Justiça e o Procurador-Geral da República.
- b) O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Corregedor-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público.
- d) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

26) Com relação à Administração Pública, o legislador constituinte, estabeleceu que:

- a) Os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, independentemente da ação penal cabível.
- b) Lei complementar estabelecerá os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas e sigilosas.
- c) Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiária de empresa pública, assim como a sua participação em empresa privada.
- d) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, vedada a instituição de critérios para sua admissão.

DIREITO ELEITORAL

27) No caso de incorporação de partidos, observada a lei civil, caberá:

- a) Aos órgãos de direção dos partidos elaborarão projetos comuns de estatuto e programa.
- b) Aos órgãos nacionais de deliberação dos partidos envolvidos a votação em reunião conjunta, por maioria absoluta, dos projetos, e eleger o órgão de direção nacional que promoverá o registro do novo partido.
- c) Ao partido incorporando deliberar por maioria absoluta de votos, em seu órgão nacional de deliberação, sobre a adoção do estatuto e do programa de outra agremiação.
- d) Ao partido incorporador promover o registro, no Ofício Civil competente da Capital Federal, do estatuto e do programa, cujo requerimento deve ser acompanhado das atas das decisões dos órgãos competentes.

28) De acordo com as regras aplicáveis à propaganda partidária, previstas na Lei Federal nº 4.737/1965, que institui o Código Eleitoral, é CORRETO afirmar-se que:

- a) É vedada, desde quarenta e oito horas antes até vinte e quatro horas depois da eleição, qualquer propaganda política mediante radiodifusão ou televisão. Entretanto, é permitido aos candidatos participar de reuniões públicas ou comícios.
- b) A propaganda, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, mencionará sempre a legenda partidária e só poderá ser feita em língua nacional, não devendo empregar meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais.
- c) Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos partidos e por eles paga. Na hipótese de excesso praticado pelo candidato, a responsabilidade dos partidos será subsidiária.
- d) É tolerada a propaganda que utiliza instrumentos sonoros, com potencial para causar perturbação do sossego, desde que seja previamente comunicada à autoridade policial, a quem compete fixar o horário do término do evento.

29) NÃO é inelegível, quem for condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelo crime:

- a) Contra o meio ambiente e a saúde pública.
- b) Praticado por organização criminosa, quadrilha ou bando.
- c) Previsto na lei que regula a falência.
- d) De sequestro e cárcere privado.

30) Analise as seguintes afirmativas relativas ao fornecimento de transporte gratuito em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, de acordo com a disciplina da Lei Federal nº 6.091/1974:

- I. Os serviços requisitados serão pagos, até trinta dias depois do pleito, a preços que correspondam aos critérios da localidade. A despesa correrá por conta do Fundo Partidário.
- II. É vedado aos partidos fiscalizar os locais onde houver transporte e fornecimento de refeições a eleitores.
- III. O transporte de eleitores somente será feito entre Municípios vizinhos e, quando das zonas rurais, para as mesas receptoras distar pelo menos cinco quilômetros.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.

31) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada:

- a) Na data do registro do candidato.
- b) Na data designada para ocorrer a votação.
- c) Tendo por referência a data da posse.
- d) Tendo por referência a data da diplomação.

32) Caio é servidor público concursado e foi nomeado para ser mesário. Entretanto, sem justa causa, deixou de comparecer no local, dia e hora determinados para realização da eleição. Nessa hipótese pode-se afirmar que Caio:

- a) Não tinha a obrigação de comparecer, pois servidores públicos não podem ser nomeados mesários.
- b) Pode ser penalizado com suspensão de até quinze dias.
- c) Está sujeito à pena de detenção de até seis meses, por embarçar o exercício do sufrágio.
- d) Deverá ser conduzido, pela autoridade policial, até o local da votação a fim de garantir os trabalhos da mesa receptora.

DIREITO ADMINISTRATIVO

33) Fulano da Silva foi preso e condenado pela prática de crime. Posteriormente, foi comprovada a sua inocência. A sentença criminal havia sido proferida de modo negligente, pois o juiz não apreciou devidamente as provas produzidas no processo. Nessa hipótese:

- a) Caberá ao Estado indenizar o condenado, pois a sentença foi decorrente de erro judiciário.
- b) Somente o juiz poderá ser responsabilizado pelas perdas e danos em virtude dos prejuízos causados.
- c) O condenado terá a alternativa de propor a ação indenizatória contra o Estado ou contra o próprio juiz responsável pelos danos, cabendo ao autor provar que a conduta judicial foi consumada de forma dolosa.
- d) Não há que se falar em responsabilidade do juiz ou do Estado, pois os atos judiciais traduzem uma das funções estruturais do Estado, refletindo o exercício da própria soberania.

34) São exemplos de serviços públicos “uti universi”, **EXCETO**:

- a) Pavimentação de ruas.
- b) Iluminação pública.
- c) Uso de linha telefônica.
- d) Prevenção de doenças.

35) Analise as seguintes afirmativas, referentes à “Teoria dos Motivos Determinantes”:

- I. Essa teoria tem origem no direito francês e se baseia no princípio de que o motivo do ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação da vontade.
- II. Mesmo que um ato administrativo seja discricionário, a motivação existente passa a vincular o agente aos termos em que foi mencionada.
- III. Se o motivo se conceitua como a própria situação de fato que impele a vontade do administrador, a inexistência dessa situação não provoca a invalidação do ato.

Está **INCORRETO** o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.

36) Entidade criada com a função principal de controlar, em toda a sua extensão, a prestação dos serviços públicos e o exercício de atividades econômicas, bem como a própria atuação das pessoas privadas que passaram a executá-los:

- a) Associação Pública.
- b) Agência Executiva.
- c) Agência Reguladora.
- d) Empresa pública.

37) “A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. O mandamento constitucional tem por conteúdo o princípio da:

- a) Proporcionalidade.
- b) Eficiência.
- c) Segurança jurídica.
- d) Continuidade dos serviços públicos.

38) Indique a alternativa **CORRETA**, relacionada aos poderes de Polícia Administrativa e Polícia Judiciária:

- a) A Polícia Judiciária é atividade da Administração que se exaure em si mesma, ou seja, inicia e se completa no âmbito da função administrativa.
- b) A Polícia Administrativa preordena-se ao indivíduo em si, ou seja, aquele a quem se atribui o cometimento de ilícito penal.
- c) A Polícia Judiciária tem natureza predominantemente preventiva, eis que se destina à responsabilização penal do indivíduo.
- d) A Polícia Administrativa atua na área do ilícito puramente administrativo (preventiva ou repressivamente).

DIREITO CIVIL

39) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, se determinada lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com:

- a) A equidade, a analogia e os costumes.
- b) Os usos e costumes, a analogia e a jurisprudência.
- c) A analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- d) Os costumes, a doutrina e a jurisprudência.

40) Considerando as disposições do Código Civil, o contrato de prestação de serviço **NÃO** se acaba:

- a) Pelo escoamento do prazo.
- b) Pela rescisão do contrato mediante aviso prévio, por inadimplemento de qualquer das partes.
- c) Com a morte de qualquer das partes.
- d) Diante da impossibilidade da continuação do contrato, independentemente do motivo.

41) Analise as seguintes afirmativas:

- I. São bens públicos de uso comum do povo, os edifícios destinados a serviço da administração federal, inclusive os de suas autarquias.
- II. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- III. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

NÃO está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

42) Segundo o Código Civil, os prazos de favor, embora consagrados pelo uso geral, não obstam a:

- a) Novação.
- b) Dação em pagamento.
- c) Remissão das dívidas.
- d) Compensação.

43) Tício, credor de Beltrano, propôs ação visando a cobrança do que lhe era devido antes de vencida a dívida. Diante desse fato, indique a alternativa CORRETA:

- a) A lei não veda essa prática, mas resta ao devedor indicar a forma e o local do pagamento.
- b) O credor ficará obrigado a conceder desconto ao credor, utilizando o índice de reajuste previsto no contrato para hipótese de atraso.
- c) O credor ficará obrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar as custas em dobro.
- d) O credor ficará obrigado a esperar o dobro do tempo que faltava para o vencimento, sem a cobrança dos juros correspondentes.

44) Beltrana, agente diplomática, foi citada no estrangeiro, mas alegou extraterritorialidade sem designar onde tem, no Brasil, o seu domicílio. Diante de tal situação, poderá ser demandada:

- a) Em qualquer Município, a ser escolhido pelo autor.
- b) No Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde teve domicílio.
- c) Somente no último ponto do território brasileiro teve domicílio.
- d) Na capital do Estado da federação onde teve seu último domicílio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

45) De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA, relativa à representação judicial:

- a) A herança jacente será representada por seu curador.
- b) O Município será representado por seu Prefeito ou procurador.
- c) O espólio será representado pelos herdeiros.
- d) As sociedades sem personalidade jurídica serão representadas pela pessoa a quem couber a administração dos seus bens.

46) Indique a alternativa que, de acordo com o Código de Processo Civil, apresenta situação em que o processo não poderá ficar suspenso por prazo superior a 6 (seis) meses:

- a) Por motivo de força maior.
- b) Quando for oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de suspeição ou impedimento do juiz.
- c) No caso de morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes.
- d) Pela convenção das partes.

47) De acordo com a legislação processual civil, cabem embargos infringentes quando:

- a) For omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.
- b) Se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação.
- c) Em recurso extraordinário, for prolatada decisão de Turma que divergir de julgado de outra Turma ou do Plenário na interpretação do direito federal.
- d) O acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.

48) Analise as seguintes alternativas, de acordo com a Lei Federal nº 4.717/1965, que regula a ação popular:

- I. A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita exclusivamente com o título eleitoral.
- II. Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderão recorrer somente o autor e também o Ministério Público.
- III. Quando o réu condenado perceber dos cofres públicos, a execução far-se-á por desconto em folha até o integral ressarcimento do dano causado, se assim mais convier ao interesse público.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III, apenas.

49) Sobre as provas previstas no Código de Processo Civil, indique a alternativa CORRETA:

- a) Em se tratando de ação de filiação, a parte é obrigada a prestar depoimento pessoal sobre fato a cujo respeito, por estado ou filiação, deva guardar sigilo.
- b) A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação, somente pode ser revogada através de ação anulatória.
- c) Se a testemunha for deputado estadual, o juiz solicitará que a autoridade indique o dia e a hora em que poderá comparecer ao fórum a fim de ser inquirida, remetendo-lhe cópia da petição inicial ou da defesa oferecida pela parte, que arrolou como testemunha.
- d) Na inspeção judicial, as partes têm sempre direito a assistir a diligência, sendo vedadas manifestações e observações, sob pena de interferir no livre convencimento do juiz.

50) O compromisso de ajustamento de conduta, previsto na Lei da Ação Civil Pública poderá ser tomado:

- a) Exclusivamente pelo Ministério Público e terá eficácia de título executivo judicial.
- b) Por qualquer dos legitimados à propositura da ação e terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- c) Pelos órgãos legitimados à propositura da ação e terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- d) Somente pelo Ministério Públicos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e terá eficácia de título executivo judicial.

DIREITO PENAL

51) NÃO é pena restritiva de direito prevista no Código Penal:

- a) Perda de bens e valores.
- b) Recolhimento domiciliar.
- c) Interdição temporária de direitos.
- d) Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

52) Segundo a Lei Federal nº 4.898/1965, quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de:

- a) Não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- b) Perda da função pública pelo prazo de até cinco anos.
- c) Suspensão dos direitos políticos de cinco a dez anos.
- d) Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente.

53) Sobre as causas extintivas da punibilidade, pode-se afirmar que:

- a) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
- b) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- c) A sentença que conceder perdão judicial deverá ser considerada para efeitos de reincidência.
- d) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, no caso de tentativa, da data em que o fato se tornou conhecido.

54) Dentre os crimes praticados por particular contra a Administração em geral, NÃO se encontra:

- a) Desacato.
- b) Favorecimento real.
- c) Tráfico de influência.
- d) Sonegação de contribuição previdenciária.

55) “Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.” A previsão legal citada corresponde ao crime de:

- a) Coação no curso do processo.
- b) Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.
- c) Arrebatamento de preso.
- d) Favorecimento pessoal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

56) Indique a alternativa CORRETA, de acordo com a sistemática do Código de Processo Penal, relativa aos recursos:

- a) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- b) Será negado seguimento, se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte.
- c) O recurso da pronúncia não suspende o julgamento.
- d) A apelação suspenderá a execução da medida de segurança aplicada provisoriamente.

57) No exame pericial por precatória:

- a) Somente caberá quesitos das partes e do juízo deprecado.
- b) Em ação penal pública, a nomeação do perito será feita no juízo deprecante.
- c) Em ação penal pública, o laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
- d) Havendo, no caso de ação privada, acordo das partes, a nomeação do perito poderá ser feita pelo juiz deprecante.

58) Segundo a Lei Federal nº 8.038/1990, que institui normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, por expressa determinação do relator:

- a) As intimações poderão ser feitas por carta registrada com aviso de recebimento.
- b) As intimações serão feitas por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.
- c) Se houver urgência, a precatória poderá ser expedida por via telegráfica.
- d) A carta rogatória pode ser expedida por meio eletrônico, situação em que a assinatura do Ministro deverá ser eletrônica, na forma da lei.

59) Constitui sanção disciplinar prevista na Lei de Execução Penal:

- a) Advertência por escrito.
- b) Inclusão no regime disciplinar diferenciado.
- c) Perda do contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita.
- d) Restrição de direitos limitada a 60 (sessenta) dias.

60) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á:

- a) Pela conexão.
- b) Pela competência por distribuição.
- c) Pela natureza da infração.
- d) Pelo domicílio ou residência do réu.

Quais as disposições constitucionais aplicáveis ao servidor público que venha a ocupar mandato eletivo?

5

10

15

20

25

30

35

RASCUNHO

